



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: EDUARDO SUPPLY

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 23/04/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Na qualidade de membro da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro abertos os trabalhos da 3ª audiência pública desta Comissão para tratar sobre as ações emergenciais para o setor cultural, sobre o Projeto de Lei 343/2020, que cria a Lei Municipal de Emergência Cultural durante o período de pandemia e o Conselho Municipal de Política Cultural de São Paulo.

Informo que esta reunião é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios Abertos.

Diante do agravamento do quadro da pandemia da Covid-19, Sars-Cov-2, no Município de São Paulo, a Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo expediu o Ato nº 1.504, de 2021, que suspende a realização de eventos presenciais nas dependências da Câmara Municipal, por esse motivo esta audiência ocorrerá de forma exclusivamente virtual.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 15/04/2021, no endereço: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes>.

Muito bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar e agradecer a presença de cada pessoa presente.

A pandemia de Covid-19 que estamos vivenciando desde 2020 afetou profundamente nossa Cidade que, com quase 100 mil casos confirmados, ocasionou até a data de ontem a perda de mais de 26 mil vidas confirmadas. Da mesma forma, em 2020, foram mais de 3,5 milhões de beneficiários do auxílio emergencial, atingindo cerca de 31% da população paulistana.

Apesar disso, o setor cultural encontrou diversas dificuldades na garantia de renda para sua subsistência, principalmente considerando a dificuldade ou não enquadramento na Lei Aldir Blanc. Em reunião realizada com o Movimento Cultural da Cidade de São Paulo, foram expostos e debatidos importantes questões acerca da situação cultural na cidade de São Paulo e as complicações decorrentes do cenário de pandemia, resultando na proposta desta audiência pública.

Entre os temas da reunião está o Projeto de Lei 343/2020, que cria a Lei Municipal de Emergência Cultural durante o período de pandemia e prevê apoio emergencial aos trabalhadores da cultura, de forma a atingir 50 mil pessoas, bem como auxílio às organizações e equipamentos comunitários de cultura.

Apesar de contar com 27 coautores de diversos partidos, ele ainda está em fase de segunda votação, deixando desamparadas diversas pessoas do setor cultural. Apesar do Plano de Amparo à Cultura de 2021 prever a antecipação e garantia de fomentos, criação de novos editais, chamados de programação e antecipação do Programa Municipal de Apoio à Projetos Culturais - Promac; ainda é necessária muita discussão, uma vez que tem ocorrido atrasos nos pagamentos de oficinairos, bem como o próprio Promac prever que os projetos culturais aprovados “ganham a possibilidade de captar recursos públicos junto aos contribuintes pagadores de ISS e IPTU”, de forma que responsabiliza o próprio movimento pela captação e prejudica ainda mais setores culturais mais periféricos e com mais dificuldades. Ademais, atualmente, o Plano Municipal de Cultura, outro item importante da pauta desta audiência, ainda se dá via Decreto, sendo necessário uma regulamentação mais forte.

Exposto isso, passo a palavra aos nossos convidados para que possamos dialogar sobre as ações e propostas da Secretaria Municipal de Cultura, bem como as dificuldades que têm sido enfrentadas pelo setor.

Quero informar que o Secretário Municipal de Cultura Alexandre Youssef foi convidado. Se por ventura ele já estiver ou se estiver presente a Sra. Ingrid Soares, Secretária-adjunta, ou algum representante da Secretaria Municipal de Cultura, eu agradeço se puder se apresentar, por favor.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Vereador Suplicy, quem fala é a Vereadora Cris Monteiro. Já entrei. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, Vereadora Cris Monteiro. Seja bem-vinda.

Renovo a pergunta se, por acaso, uma vez convidado e ainda ontem falei com a

Secretária do Secretário Alexandre Youssef e confirmei o convite que foi enviado para os dois e-mails tanto do Secretário quanto à Secretária da Secretaria Municipal de Cultura no seu gabinete. Se ainda não chegou, vamos prosseguir ouvindo os convidados da sociedade civil.

Então, temos na lista de pessoas que se inscreveram 23 representantes dos mais diversos movimentos culturais. Então, eu vou passar a palavra. Aliás, são 31. São 10h50.

Vamos começar. Alessandro Azevedo, da Aliança Pró Circo está presente?

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Aqui. Bom dia a todos.

Faço parte de movimentos culturais da cidade de São Paulo que solicitaram à Comissão de Educação e Cultura esta audiência e o requerimento apresentado pelo Vereador Suplicy. Quero agradecer desde já ao Vereador Suplicy e a toda Comissão de Educação e Cultura e lamentar a ausência de um representante da Secretaria Municipal de Cultura. Até o momento, não se posicionou ninguém, nem a Secretária-Adjunta, nem o Secretário. Então, é lamentável, porque a nossa provocação é no sentido de dialogar sobre esses pontos de pauta que consideramos muito importantes, o auxílio emergencial da cidade de São Paulo, tendo em vista que a capital de São Paulo tem um orçamento altíssimo comparado às outras cidades do País. E fora os programas de Cultura, que já fazem parte do programa da Secretaria, além da Aldir Blanc, não tivemos nenhuma outra ação emergencial específica da cidade de São Paulo para o setor cultural.

Então, nós estamos aqui para dialogar sobre esses pontos e o movimento cultural da cidade de São Paulo, desde 2017, vem acompanhando todas as discussões que acontecem na Câmara Municipal relacionadas à Cultura, relacionadas especificamente ao orçamento e às políticas públicas de Cultura.

Então, nós gostaríamos, hoje, todas essas pessoas que aqui estão, gostaríamos de discutir com a Secretaria Municipal de Cultura essas questões que são a aprovação imediata do Projeto de Lei 343, que prevê auxílio emergencial para os trabalhadores da Cultura; discutir o substitutivo que já, desde o ano passado, vem se arrastando. Nós fizemos discussões intermináveis sobre esse ponto. O Secretário de Cultura anterior, Hugo Possolo, se

comprometeu, antes de sua saída, em implementar o Conselho Municipal de Cultura, o que não ocorreu. Então, nós queremos iniciar esta gestão agora já discutindo esses pontos, que são políticas estruturantes para o setor cultural. Então, o que nós esperávamos hoje deste debate, o que nós esperamos hoje, deste debate, é tirar um encaminhamento para que essas coisas aconteçam, mesmo que não seja imediatamente, mas que seja dado o *start* para que consigamos implementar o Conselho Municipal de Cultura, porque isso conta com a participação popular. É importante. É impressionante que a cidade de São Paulo, dentro do Estado, seja uma das cidades que não tem o Conselho Municipal. Nós temos cidades aqui, nos arredores da Grande São Paulo, que têm Conselho de Cultura, inclusive deliberativo. Então, não é concebível que uma cidade como São Paulo não tenha Conselho Municipal de Cultura. E o Promac, que é a Lei de Renúncia Fiscal. Então, nós queremos discutir com a Secretaria Municipal de Cultura, esses pontos e queremos discutir em uma instância que é o Poder Legislativo, que está intermediando esse diálogo com a sociedade civil, para que fique registrado e para que tenha um poder para intermediar uma demanda da sociedade civil, que não é de hoje. Essa demanda vem desde muitos anos. O Conselho Municipal de Cultura é uma demanda que já tem quase cinco anos de discussão. Nós, sociedade civil, apresentamos um substitutivo para essa questão. A Secretaria ouviu e ficou de nos dar uma devolutiva que, até o momento, não veio.

Eu não sei se o meu tempo está sendo coordenado aí, mas eu vou falando, até que o Presidente Eduardo Suplicy me corte. Mas, então, é isso. Eu imagino que todas as pessoas, que estão nos assistindo e quem está aqui, participando com direito à fala, está esperando, da Secretaria Municipal de Cultura, um posicionamento em relação à Lei Emergencial da Cultura, o PL 343, que á foi votado em primeira e que só precisa ser votado em segunda. Tem acordo na Câmara, mas precisa ter acordo do Executivo para que ele seja aprovado, e não tem como justificativa a cidade de São Paulo não ter recursos no orçamento para bancar essa lei.

É isso. Vereador Suplicy, eu não sei se o meu tempo estourou, acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Eu resolvi telefonar para o

gabinete do Secretário Alexandre Youssef, informando que se iniciou a reunião e que há mais de 40 representantes dos movimentos culturais e que é importante que ele ou a Ingrid Soares, Secretária-Adjunta, possam acompanhar. E que, inclusive, está sendo transmitido ao vivo pela TV Câmara São Paulo.

Então, me desculpe, mas eu achei importante fazer essa comunicação.

Vamos prosseguir, então. As palavras de cada um serão anotadas em notas taquigráficas e encaminhadas à Secretaria Municipal da Cultura.

Agora, Rapper Pirata, do Fórum Hip Hop MSP.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA) – Na pessoa do Vereador Suplicy, eu quero dar bom dia a todos os Vereadores que estão aqui. E quero fazer uma nota de agravo: o que nós estamos vendo aqui é que não há diálogo com a Cultura. Tem uma parte da Cultura que não está sentindo a Covid-19, porque eu quero saber como se gastou 427 milhões de reais no ano passado? Como se gastou 34 milhões de reais na Secretaria de Cultura até abril agora? Eu estou falando de orçamento pago, não estou falando de orçamento empenhado. E gastou 31 milhões de reais no Theatro Municipal? Total em Cultura: 64 milhões de reais. Nas subprefeituras não tem gasto algum. O resto está tudo zerado. Essas pessoas não estão com problema de agravamento da Covid-19.

Mas, aí, o que desejamos aqui é que o PL 343 seja um planejamento entre a sociedade civil, Legislativo e o Executivo. Então, que venham dialogar conosco para que possamos construir isso juntos. É um avanço. A Secretaria de Cultura só avança por causa desses movimentos culturais. O seu orçamento de 518 milhões de reais está lá por causa dessa situação. E, aí, eu acho que o que acontece com a Secretaria é que ela tem medo de gente. E servidor público serve. Nós temos 40 pessoas aqui, o Legislativo sempre está dialogando conosco, mas o Poder Executivo não consegue. Aí, sabe o que eles vão falar depois? “Chama cinco pessoas”. É sério. Tem de falar com todo mundo. Por que esse medo das pessoas? É o nosso dinheiro que garante o salário deles. Então, estamos querendo o diálogo com a Secretaria de Cultura. O PL 343 tem que ser efetivado e o Conselho de Cultura

também, porque o Conselho de Cultura é justamente deliberativo com a sociedade civil, que não foi efetivado.

Então, solicitamos à Secretaria de Cultura que entenda o que nós estamos falando e que pare de ter medo de gente ou do perfume, né. Porque a gente, de que estamos falando, é da periferia. De repente, a gente de que eles gostam usa um perfume mais caro. Porque tem uma parte que não problema com a Covid-19: gastou 64 milhões só neste ano.

Mas eu quero reforçar também para parar com o desmonte com o Mês do Hip Hop, porque, aí, vão falar: “Ah, mas fazemos pela periferia”. Vão falar do fomento à periferia e vão falar do Mês do Hip Hop. O Mês do Hip Hop tinha três milhões em seu orçamento empenhado; provisionaram 648 mil reais. Então, já tem um desmonte. Então, não está acontecendo o Mês do Hip Hop porque uma peça de teatro somente dá conta do maior evento da cidade de São Paulo. Seiscentos e quarenta e oito mil para fazer o evento que é de ponta a ponta na cidade de São Paulo, que é o Mês de Hip Hop que chega à periferia e que, talvez, seja um perfume que eles não queiram sentir. Mas só que no *marketing*, na publicidade está tudo belezinha, está tudo suave. E, aí, nós queremos que saia do campo da imaginação, do virtual, para o campo real, porque o dinheiro público é real. Tem um grupo da cidade de São Paulo que está recebendo, que recebeu 427 milhões de reais, tirando a Lei Aldir Blanc e, neste ano, esse grupo recebeu 64 milhões. E não adianta vir com o discurso de que isso faz parte dos projetos que foram empenhados. Não. É falso o debate, porque os projetos ainda estão em avaliação.

Vereador Suplicy e demais Vereadores, nós, do movimento cultural, somos muito gratos pelo Legislativo conseguir ser avançado e entender que a sociedade civil está junto para fazer a Cidade funcionar, para as políticas serem efetivadas, porque isso é um agravo à Prefeitura de São Paulo, Prefeito Bruno Covas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, Rapper Pirata.

Tem a palavra o Sr. Palito Capoeira, do Fórum da Capoeira do Município de São Paulo.

O SR. PALITO CAPOEIRA – Bom dia a todos e a todas, Vereadores, irmãos do

Movimento da Cultura que estão participando, sou o Palito, faço parte aqui do Fórum da Capoeira do Município de São Paulo, vim reforçar a fala dos meus irmãos que já falaram sobre o PL 343, do auxílio emergencial para os trabalhadores da Cultura. É emergencial, já era para ter sido aprovado. Sabemos que já tem orçamento da Secretaria e precisa executar rapidamente.

Sobre o Conselho Municipal de Cultura também, precisa colocar na prática, porque a falta do Conselho Municipal de Cultura, vou dar um exemplo rápido aqui, uma amiga minha de outra cidade, lá tem um Conselho Municipal de Cultura, e eles conseguiram se organizar, no caso da Aldir Blanc, contribuiu com os vários coletivos para poderem acessar o recurso da Aldir Blanc, e fiscalizar também. E aqui, em São Paulo, não conseguimos fazer isso porque não temos um Conselho Municipal, então prejudicou os coletivos, principalmente da periferia que não tiveram acesso, em sua grande maioria, a Aldir Blanc.

É muito triste vir a uma audiência pública e ver o descaso, porque não tem um representante da Secretaria. Para terem uma ideia, tivemos uma reunião com o Secretário em março de 2019. Fizemos uma agenda do Movimento da Cultura para tentar dialogar sobre políticas públicas para a Cultura em várias áreas. E simplesmente viraram as costas, não deram continuidade. Falamos da Capoeira, e nessa reunião levamos uma proposta para o Secretário e até hoje o Secretário não respondeu. Não deu continuidade, a Secretaria nos deixou falando, mandamos *e-mails* falando da Capoeira, não responderam. A Capoeira não tem políticas públicas, não tem projeto de lei, está praticamente à mercê.

Isso é muito revoltante porque a Capoeira é patrimônio, está dentro da Lei 10.639, do Estatuto da Igualdade Racial. E não tem políticas públicas, não tem um projeto dentro da Secretaria para valorizar a Capoeira. Isso é muito grave. No ano passado, junto com os movimentos da Cultura, lutamos pelo aumento do orçamento da Cultura e conseguimos colocar finalmente um orçamento de 0,25% na Pasta da Secretaria, foram 300 mil para a construção da Casa de Capoeira, que tinha sido vetado pelo Prefeito Bruno Covas e agora parece que voltou. E mais 500 mil, se não estiver enganado, foi a Bancada do PT que liberou um dinheiro

para movimentar a Cultura, que nós dividimos e ficou 500 mil, mais 300, ficou 850 mil reais para a Capoeira e esse dinheiro até hoje não foi aplicado. Este ano entregamos um ofício cobrando a Secretaria, protocolamos via Fórum, dia 19 de fevereiro, e até agora não tivemos retorno da Secretaria sobre o que aconteceu com esse dinheiro. Então é totalmente um descaso. Temos de fazer a Secretaria cumprir o que está na lei.

Para finalizar, a Secretaria agora lançou um Edital de Amparo à Cultura Negra. E aí coloca a Cultura Negra no mesmo pacote. Costumo falar para os colegas que é a mesma coisa quando a Capoeira, na época da escravidão, tudo o que o negro fazia, o povo africano escravizado aqui no Brasil: ah, é coisa do batuque. E fizeram a mesma coisa, pegaram a Cultura Negra e vamos fazer um Edital de Amparo, colocaram tudo no mesmo pacote. Isso mostra que tem uma estrutura racista, que a Gestão do Secretário contribui para esse racismo, porque é desse jeito que trata a Cultura Negra.

Finalizo aqui minha fala. Acho que precisamos ter mais audiências públicas. A Secretaria precisa prestar contas do que está fazendo, porque é dinheiro público. A Secretaria tem de escutar a sociedade civil, principalmente os movimentos culturais.

Gratidão a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Palito Capoeira. Tem a palavra o Sr. Osmar Araújo, do Fórum dos Pontos de Cultura.

O SR. OSMAR ARAÚJO – Bom dia. Sou Osmar Araújo, do Fórum dos Pontos de Cultura da Capital, do Fórum Cultural da Zona Norte e dos movimentos culturais da cidade de São Paulo.

Vou fazer uma fala rápida, fazer uma reflexão e as perguntas que iria fazer vou deixar aqui para a reflexão de todas e todos. Estamos falando de democracia, a participação social é um elemento, um mecanismo fundamental das democracias modernas. E a anulação, a não viabilização desses instrumentos de participação social contribuí para o autoritarismo que estamos vivendo neste país.

Então lutar contra governos autoritários e lutar contra o ranço da ditadura do país

significa colocar em pé a participação social dentro do Estado Brasileiro, seja no Governo Federal, seja nos Estados, seja nos Municípios. Anular a participação social é de interesse das elites, porque contribuí para o conchavo, para o não diálogo público republicano. E isso é o que está nos afetando. E atende a quem? As elites e não as pessoas pobres periféricas da cidade de São Paulo, que querem participar da Gestão Pública da Cidade.

Aí vão as perguntas: Por que essa Secretaria, essa Gestão de continuidade, não continuaram com o diálogo público feito na Subcomissão de Cultura, que é um espaço dessa Câmara aberto a toda a sociedade, inclusive, a nós dos movimentos culturais? E a construção de um PL substitutivo do Conselho Municipal de Política Cultural, isso é muito grave. Por que essa Gestão anulou a participação social existente na Secretaria? Dos 15 conselhos que existiam na Secretaria só três funcionam, que são justamente aqueles que atendem ao interesse das elites, ao setor imobiliário e aos frequentadores assíduos do Theatro Municipal, não a nós que vamos lá uma ou duas vezes por ano, que ocupamos o palco umas duas vezes por ano.

Por fim, por que essa Secretaria não apoia o Programa Cultura Viva, que não é um fomento somente, é um programa de participação social de valorização da Cultura Viva Comunitária? Por que a Secretaria não apoia a aprovação do PL 217/2015, da Política Municipal de Cultura Viva? Não só a aprovação nesta Casa, mas também a sanção do programa? Não colocou um real no programa neste ano.

São essas três perguntas e a reflexão: ao anular a participação social, estamos contribuindo para a permanência da desigualdade, do preconceito, do racismo estrutural, na Cidade; porque é evitar a participação do povo preto periférico na cidade de São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra a Sra. Isabel Santos, do Fórum do Forró de Raiz de São Paulo.

A SRA. ISABEL SANTOS – Bom dia a todos e todas. Obrigado, Vereador Suplicy, pela oportunidade da fala. Sou gestora cultura em contextos tradicionais, pesquisadora,

especialista em danças sociais a dois e coordenadora do Fórum do Forró de Raiz de São Paulo, entidade que conduz os assuntos do movimento do forró como patrimônio cultural.

Lido com gestão há 30 anos e creio que todos que trabalham com gestão sabem que a premissa mais básica para se gerir qualquer tema é conhecê-lo, isto é, ter dados e vivências sobre ele. Para gerir o segmento da cultura numa cidade tão rica e culturalmente diversa como São Paulo, é preciso ter uma íntima relação com os movimentos socioculturais e possibilitar um amplo mapeamento da sua cadeia produtiva.

Dito isso, gostaria de compreender como que a Secretaria Municipal de Cultura toma decisões sobre as previsões orçamentárias anualmente para compor o seu projeto na LOA, sendo que os dados de mapeamento de produção cultural da Cidade são escassos e o que existe está principalmente baseado em pessoa jurídica.

Existe um universo gigantesco de trabalhadores da cultura que são profissionais autônomos que são desconhecidos pela gestão pública, principalmente os ligados às culturas tradicionais e de tradição oral. Esses trabalhadores, ainda que estejam organizados em movimentos, fóruns e coletivos liderados por pessoas físicas e acessem o Legislativo para criarem leis ou programas discutindo orçamentos para a sua execução, o Executivo tem considerado essas informações nos seus planejamentos orçamentários anuais, o que tem resultado em congelamentos de verbas aprovadas na Câmara na ordem de até 80% nas leis de fomento, como por exemplo a do forró, sem previsão de revisão desses valores no decorrer do ano.

Para piorar essa situação dos escassos recursos disponibilizados nas leis de fomento e programas, os trabalhadores ainda enfrentam uma demora de meses de pagamentos dos serviços prestados.

Concluindo, eu gostaria de compor alguns dos entraves que precisam ser resolvidos, principalmente nesse momento pandêmico que enfrentamos: a aprovação imediata do PL 343; um orçamento condizente a atender a cadeia produtiva da cultura do Município; a aprovação do PL substitutivo do Conselho Municipal de Cultura de São Paulo;

descongelamento dos orçamentos das leis de fomento e programas da Secretaria Municipal de Cultura; compatibilização do CAPAC com a plataforma SP Cultura para obter o mapeamento adequado da cadeia produtiva, incluindo todos os seus trabalhadores, espaços e organizações, otimizando a atualização dos seus dados com busca ativa através de diálogo com os movimentos culturais e seus espaços.

Lembrando que até o ano passado a plataforma SP Cultura estava com a base de dados perdida e desatualizada há quatro anos. Investiu-se R\$ 140.000,00 em recursos públicos para atualizá-la no ano passado e torná-la operante novamente, e ainda não está integrada com o CAPAC, que é o meio de inscrição dos projetos e pessoas e trabalhadores da cadeia produtiva de São Paulo.

Ficam então o meu questionamento e reflexões.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, Isabel Santos.

Informo a presença da Vereadora Juliana Cardoso. Seja bem-vinda.

Tem a palavra o Sr. Zé Renato, da Cooperativa Paulista de Dança.

O SR. ZÉ RENATO – Bom dia, Vereador Suplicy. Muito obrigado pelo atendimento a nós, sempre tão atencioso; todos os Vereadores presentes, muito obrigado por nos receber, diferentemente da Secretaria, que não nos recebe.

Existe uma questão abordada nesse grupo que sempre apresentamos, seja nas reuniões das audiências públicas da Comissão de Cultura ou nas ações que fazemos e nas reuniões que fazemos na Comissão de Orçamento da Subcomissão de Cultura, que é a absoluta ausência de diálogo por parte do Poder Público com os trabalhadores de cultura da Cidade.

Eles se colocam num lugar encastelado dentro da Secretaria Municipal de Cultura decidindo tanto as destinações dos orçamentos, quanto dos tipos de ações propostas e possíveis para a Cidade, sem dialogar com a Cidade, pelo menos não de maneira aberta. Quando esse diálogo acontece, se acontece, deve acontecer no gabinete a portas fechadas, e

isso nos causa um profundo incômodo, além de ser absolutamente antirrepublicano e antidemocrático.

Nossa reivindicação pelo Conselho, que já é antiga, solucionaria boa parte dessas ações, visto que as ações do Executivo passariam por um diálogo com esse Conselho, que já está desenhado, já foi aprovado em primeira instância.

O Secretário anterior, que ocupou o posto no ano passado, Hugo Possolo, prometeu como gesto do ano que ele atuaria como Secretário a aprovação do Conselho, que ele deixaria como legado para a Cidade, e isso não aconteceu. Já passou quase meio ano da nova gestão, a demanda continua, o diálogo continua não acontecendo e a implementação da política cultural continua não acontecendo.

A mesma coisa aconteceu em relação ao PL 343, de auxílio emergencial para uma situação pandêmica que só piora na Cidade, como nós sabemos, que também já foi aprovado em primeira instância.

Tudo isso nos traz um problema muito sério para este ano em relação à organização do Plano de Metas, que determina a execução da política pública do próximo quadriênio, e estamos vendo que será uma atuação sem diálogo com a sociedade. Isso nos preocupa profundamente porque já estamos estudando o Plano de Metas e quando nos deparamos, por exemplo, com a abertura de vários novos centros culturais com o nome de espaços modernistas, nós nos perguntamos por que reinventar a roda e não atualizar, reequipar, colocar verba nos equipamentos já existentes, ou nos espaços já solicitados pela sociedade, como a Casa de Capoeira, a Casa de Forró e as casas de *hip hop*. E o projeto de espaços culturais que já existe por demanda da sociedade civil e que representa as demandas da sociedade civil ganha um novo nome, não se sabe o porquê.

Temos a grande questão da ausência de diálogo, a falsa medida da ausência de recursos, porque o orçamento da cidade é superavitário. E a absoluta negação de diálogo com a população. Isso é gravíssimo. E nós precisamos solucionar. Porque, senão, nós nos encontramos aqui, nos encontramos na subcomissão, encaminhamos os textos taquigráficos

para a Secretaria de Cultura, e nenhuma atitude é tomada. Fica tanto o Legislativo quanto a sociedade civil – desculpe a palavra, se ela for forte – sendo enganados por um Executivo que, na ponta, no final, no final, não dialoga conosco na execução da política pública.

Acho que essa é a questão principal, Suplicy.

Agradeço a todos – aos Vereadores e às Vereadoras disponíveis e à subcomissão.

Vamos em frente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. José Renato.

Vamos dar a palavra à Sra. Tita Couto, do Centro Acadêmico Célia Helena.

A SRA. TITA COUTO – Obrigada, Suplicy.

Bom dia, Vereadores, Vereadoras, companheiros de luta.

O meu nome é Tita, eu sou estudante de Licenciatura em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo; e de Artes Cênicas, pela Escola Superior de Artes Célia Helena, cujo centro acadêmico fundei, presido e represento nesta audiência pública.

Eu gostaria de iniciar a minha fala em memória de todas, “todes” e todos que perderam os seus entes queridos durante essa pandemia que parece não ter fim. Mas não somente: nos é caro utilizar desse espaço para também lembrar aqueles que perderam os seus empregos, que foram despejados de suas casas, aqueles que diariamente estão sendo expostos e colocados em risco para botar a comida na mesa.

Dito isso, gostaria de deixar algumas inquietações e contribuições para esse espaço.

Nós nos perguntamos como a Prefeitura, junto da Secretaria de Cultura de uma cidade como essa, conhecida pelo codinome de Capital da Cultura, ainda não garantiu nenhum tipo de lei municipal, como o PL 343 do ano passado, que fosse permanente durante esse momento de conjuntura de emergência cultural, que já nos assola e atinge o nosso setor há mais de um ano. Estamos lidando com esse fenômeno há tanto tempo e, ainda assim, não

existe nenhum tipo de garantir ou qualquer movimentação da parte desses senhores referente a um auxílio permanente para um setor que foi o primeiro a parar, e será, com toda a certeza, o último a retornar. Inclusive, nos trouxeram bastante inquietação todas as propagandas promovidas nas redes sociais da Secretaria da Cultura, alegando certo amparo à cultura. E aí nos perguntamos: que amparo é esse, que no espaço de deliberação e de diálogo não vem ninguém, onde se atrasa pagamentos? Como se mantém a cultura viva, sem a garantia à sobrevivência dos trabalhadores que estão completamente desamparados?

De toda forma, afirmo com toda certeza que, se o projeto de lei substitutivo do Conselho Municipal de Política Cultural, proposto por esse mesmo movimento representado aqui, anteriormente a essa conjuntura pandêmica, já tivesse sido discutido e implementado, o nosso apelo não seria tão urgente como é agora, visto que esse Conselho Municipal garantia soluções concretas e realistas e esse segmento da cidade que tem o seu sistema municipal de cultura inoperante. E isso é ainda mais grave no estado de calamidade em que o setor se encontra nesse momento.

Como juventude, nos é bastante caro ocupar esse espaço legislativo, reivindicando a emergência em que o nosso setor se encontra, porque aqui, antes de falarmos do futuro, estamos falando de um presente angustiante, cotidianamente sem garantia, com espaços culturais históricos fechando suas portas ou relutando contra o seu fim. Estamos falando de notícias diárias de trabalhadores e trabalhadoras sendo expostos à doença para colocar comida na mesa. Mais uma vez, estamos falando de perdas de vidas, e essas não voltam.

O que vai nos restar de presente para que sequer consigamos imaginar o tal futuro? Como essa juventude pode sonhar com um futuro e um presente tão angustiante? É esse o questionamento que eu deixo para vocês.

Finalizo com a esperança de que esse encontro e todos esses apelos que a Secretaria, onde quer que ela esteja recebendo nessa audiência, sirvam como combustível de trabalho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muitíssimo obrigado, Tita Couto, por suas observações e sugestões.

Agora chamo o Zé da Lua, do Movimento SP Forró. (Pausa) Está presente?

Se não estiver presente, chamo o Cássio de Souza Silva dos Santos, do Projeto Resgatando Jovens. (Pausa)

Se não estiver presente, chamo a Eliane Nascimento dos Passos Neres, da Associação da Hora. (Pausa)

Se não estiver presente, chamo o José Tadeu Pedrosa, do CDC Estrela Jardim Vila Formosa. (Pausa)

Se não estiver presente, chamo o Uil Ribeiro, do Fórum do Reggae.

O SR. UIL RIBEIRO – Bom dia a todos, todas, “todes”. Uil Ribeiro aqui falando.

Suplicy e demais parlamentares presentes, tenham um ótimo dia.

É uma pena eu não poder cumprimentar aqui nenhum membro da Secretaria Municipal de Cultura.

Corroboro aqui com todas as falas de meus companheiros. Eu participo ativamente do *Fórum do Reggae*, dos movimentos culturais da cidade, bem como dos coletivos Som na Praça, da Zona Leste, e São Mateus em Movimento, também dessa Zona Leste periférica.

Mas eu quero reforçar algumas falas que os companheiros e as companheiras colocaram aqui.

Primeiramente, pelo PL 343, que é de extrema importância para auxiliar emergencialmente todos os fazedores e fazedoras de cultura que, nesse momento que já se arrasta por mais de um ano, não têm sequer nenhuma garantia de continuidade de seus trabalhos; e, quando assim é feito, vem com um novo *marketing*, colocando editais que já são totalmente burocratizados e executados da forma que a Secretaria pretende, sem realmente trazer um amparo de verdade. Então é mais um *marketing*...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Uil Ribeiro, se puder ajustar a sua face na tela, porque só estamos vendo o seu boné. Por favor.

O SR. UIL RIBEIRO – Não, o boné não é meu. Se eu ligar a minha câmera, começa a interromper, porque eu não estou conseguindo ter uma internet viável nessa nossa São Paulo. Então eu só consigo fazer a utilização do áudio para conseguir ter uma comunicação de fato e conseguir transpassar tudo que eu preciso falar nesse momento. Então me desculpe. E a minha carinha nem é tão bonita assim para ficar aparecendo.

Então, continuando o raciocínio: esses projetos de amparo não são de fato um amparado, mas uma máscara. Se fosse o lançamento de um projeto de amparado, ele não viria com editais com segunda edição, quinta edição, sétima edição, 18ª edição, no caso do VAI. Então não faz muito sentido.

Quanto ao edital do reggae – falando agora da linguagem que eu mais defendo prontamente e ativamente –, tivemos, apesar desse momento conturbado, a não fomentação da formação em 14 dias, nas quais procuramos fomentar e formar as pessoas para que pudessem participar desse edital que é tão burocratizado. Sendo assim, alcançamos 101 inscrições, batendo novo recorde neste ano.

Praticamente, para que isso aconteça, a contemplação de 101 projetos, com o valor que foi descongelado nunca será possível, são só 700 mil reais, sendo que no Orçamento nós conseguimos 2 milhões 958 mil. Assim, aproveito para pedir o descongelamento desse orçamento. Não só do reggae como de toda cultura que se mantém congelada pelo Executivo, sendo assim, essas políticas públicas nunca são efetivamente funcionais.

O reggae é patrimônio imaterial, e lembro que não temos um centro de referência e memória dessa linguagem tão importante. O Dia Municipal do Reggae, que é uma data efêmera e já consolidada de festividades da Cidade, não ocorre desde o ano passado, sequer de forma virtual.

Para reforçar, a última coisa: o Conselho e o Plano Municipal e digo que os Movimentos Culturais da Cidade de São Paulo estão fazendo as vezes da Secretaria Municipal de Cultura trazendo pré-conferências que estão se seguindo, basta acompanhar as redes dos movimentos.

Obrigado.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado.

O Sr. Doni Araújo, da Companhia de Artes Decálogo Jalc.

O SR. DONI ARAÚJO – Bom dia a todos. Sou Doni Araújo, da Companhia de Artes Decálogo Jalc, e participante do Fórum de Culturas Zona Sul e Sudeste.

Venho falar sobre a aprovação imediata do PL 343. Esse auxílio emergencial já se tornou um auxílio óbito porque enquanto não se aprova no âmbito municipal nossos Artistas, nossos Municípios estão morrendo. Estamos cansados de enterrar os nossos por fome, miséria. Nem é algo que o auxílio vá ajudar, mas, pelo menos, ter esse auxílio seria um resguardo, algo que nos deixaria um pouco mais aliviado.

Outra questão é sobre a conjuntura do Conselho Municipal. Estou há 19 anos lutando pela cultura. Nesses 19 anos, ver o desmantelo de uma gestão para outra, toda vez que se começa a caminhar, muda-se a gestão e muda-se tudo. Isso se torna uma piada, numa cidade como São Paulo, onde não conseguimos definir um Conselho, não conseguimos auxiliar nossos artistas. Na verdade, nós não: a cidade de São Paulo, o Executivo não consegue e não tem essa força política para assim cuidar dos seus.

Isso vem na minha fala como uma forma de muita ingratidão que essa Secretaria faz com seus Artistas, porque quando, sim, ela precisa de nós, estamos sempre à disposição. Deixo aqui registrado o nosso repúdio por esta situação que aqui está.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Doni Araújo. Agora, o Sr. Pedro Gonçalves, do Centro Acadêmico Célia Helena.

O SR. PEDRO GONÇALVES SCALICE– Bom dia, Presidente; bom dia a todos os Vereadores e Vereadoras presentes; companheiros dos Movimentos de Cultura.

Eu queria utilizar este momento de minha fala para ecoar as outras falas que foram colocadas aqui e demonstrar que há uma grande insatisfação, uma grande frustração não termos aqui uma representação forte da Secretaria Municipal de Cultura. Vi agora no chat que

aparentemente a Chefe de Gabinete da Secretaria está presente para nos ouvir, mas, de qualquer forma, o atraso demonstra um grande descaso com tudo isso que está sendo pautado. Gostaria que fosse repassado à Secretaria Municipal de Cultura, em especial, ao Secretário e à Secretária Adjunta que é insatisfatório para nós o atraso e a não presença deles.

Realmente, essa frustração para o jovem Artista e para o estudante de teatro é muito grande, porque não conseguimos projetar um futuro neste meio, não conseguimos projetar um futuro no nosso trabalho quando vemos que quem deveria estar nos defendendo e deveria estar fazendo por nós não o faz, prefere seguir uma linha propagandista, numa linha de desamparo e de desmonte de vários setores da cultura.

Então, eu gostaria que a Chefe de Gabinete se manifestasse sobre como serão respondidas todas essas questões que foram colocadas pelos outros membros.

É isto: a gente precisa de algum tipo de amparo e de respostas concretas já porque é emergencial e urgente que as respostas sejam dadas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Pedro Gonçalves.

Queremos registrar a presença da Chefe de Gabinete do Secretário Municipal de Cultura Alexandre Youssef, Sra. Tais Lara.

Gostaria de informar que já falaram cerca de dez representantes dos mais diversos movimentos de cultura, e o Secretário Alexandre Youssef vai receber as Notas Taquigráficas de toda esta audiência.

Estamos ouvindo cada pessoa por três minutos.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Vereador Suplicy, eu queria fazer uma questão de ordem. Nós iniciamos esta audiência, e foi chamado um representante da Secretaria Municipal de Cultura para falar sobre esses pontos de pauta. Como eles não estavam naquele momento, eu acho que seria importante para o nosso debate que eles falassem agora, se posicionassem com relação a esses três pontos de pauta, para alimentar, de forma

significativa, este debate, para sabermos o que pensa esta Gestão a respeito desses três pontos. Acho que nos ajudaria. Se todos estiverem de acordo, acho que seria importante a fala da Secretaria Municipal de Cultura neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Eu acho de bom senso a sua proposição. Então, convido a Sra. Tais Lara, Chefe de Gabinete do Secretário Alexandre Youssef para explicar a respeito dos planos da Secretaria Municipal de Cultura sobre o Projeto de Lei 343 que cria a Lei Municipal de Emergência Cultural durante o período da pandemia, que informações a senhora tem para dar aos representantes destes diversos movimentos culturais de São Paulo.

Com a palavra a Sra. Tais Ribeiro Lara, por favor.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Bom dia a todos, peço desculpas. A pessoa que estava preparada para acompanhar a reunião teve um contratempo sério, e eu estava em outra reunião, há pouco tempo, sai para escutá-los, abrir diálogo com vocês. O Vinícius, Coordenador de fomento, está me acompanhando e também acompanha também as pautas aqui tratadas.

Sou Chefe de Gabinete da Secretaria, desde março de 2019, peguei um bom período do Sturm, das conversas que a Comissão teve o ano passado. Posso começar a falar sobre as pautas, mas, pra mim, seria importante poder ter acesso aos textos para depois dar uma resposta formal aos temas falados anteriormente. Seria importante entendê-los para poder começar minha fala, mas como me solicitaram que falasse sobre o PL, vamos lá.

O Vinícius acompanhou comigo, eu gostaria também que ele se manifestasse porque ele trouxe um parecer. Inclusive, é a resposta formal que nós mandamos para a Casa Civil, e o Vinícius assinou esse parecer. Então, eu dou a palavra para ele falar sobre o PL 343/2020.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Vinícius, por favor, informe o seu nome completo.

O SR. VINÍCIUS DO NASCIMENTO – Bom dia, Vereador. Meu nome completo é

Vinícius do Nascimento, sou Coordenador de Fomento da Secretaria Municipal de Cultura. Também estou na Secretaria desde 2019 como coordenador.

De fato, esse PL teve uma discussão interna muito grande na Secretaria. E a execução desse PL, juntamente com a Lei Federal Aldir Blanc, era inviável a execução concomitante. A Secretaria não teria equipe nem estrutura, seja de recursos humanos ou de equipamentos, para executar os dois PLs de maneira concomitante. Ainda mais tendo em vista que a Lei Aldir Blanc tinha grande urgência na aplicação dos recursos, e que na sua execução já demandou uma equipe muito grande da Secretaria. A execução concomitante não seria possível. Nós propusemos no parecer que houvesse revisão na lei, com algumas atualizações referentes a partir da execução da Lei Aldir Blanc. Fizemos essas duas ponderações que eram extremamente necessárias para reconstrução do PL, para que o PL ficasse possível de ser executado.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Eu vou fazer um adendo. Também colocamos no parecer a necessidade de revisão orçamentária. Eram três as propostas orçamentárias: uma era o auxílio emergencial; tinha outra para os projetos; e uma terceira linha. A soma desses valores era maior do que o valor que temos disponível para execução das atividades e programas da Secretaria. A parte orçamentária é inexecutável, ultrapassa o que temos disponível para atividade-fim. E ela *comia* parte do que tínhamos para o custeio.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA) – De quanto estamos falando?

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Então, Pirata, desculpe, estou anotando tudo, vou dar uma resposta formal por *e-mail*. Eu vim correndo para ouvi-los, abrir esse diálogo para não deixar a Secretaria sem representação, mas eu estou sem o texto, sem o parecer aqui comigo. Já pedi para minha assessora, se ela conseguir mandar, eu te passo, mas me comprometo passar. Eu tenho esse estudo, ele *comia* toda parte de atividade-fim da Secretaria e pegava um pouco da parte de custeio. Inclusive, questionamos: como é que conseguiremos seguir com as atividades, com as obrigatoriedades de ação pública da Secretaria sem ter recurso algum para

cumprir projeto de lei? Então, propusemos um equilíbrio, vinculamos ações aos três eixos propostos no PL, e não da parte emergencial, o emergencial vinculamos à Aldir Blanc, mas os outros dois eixos vinculamos aos programas por aqui desenhados. Então, eu tenho esse desenho, eu tenho essa planilha, vou compartilhar com vocês, inclusive, podemos fazer o cruzamento com a execução do Orçamento do ano passado. Fica muito claro o que está para atividade-fim, para atividade-meio, custeio e para os outros eixos de recursos da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Então, eu vou continuar, vou dar a palavra aos demais inscritos e, ao final, devolverei a palavra a Sra. Tais Lara e ao Vinícius.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA) – Eu sei, mas não foi falado sobre o PL do Conselho Municipal de Cultura. Qual o posicionamento da Secretaria sobre o Conselho, porque já foi votado em primeira, e teve ampla discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Sra. Tais Lara.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Vinicius, você quer falar sobre o Plano Municipal de Cultura? (Pausa)

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA) – É sobre o Conselho Municipal.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Desculpe, é que a gente tem um grupo na Secretaria que fala sobre plano, sobre desdobramentos.

O SR. VINÍCIUS DO NASCIMENTO – Então, fizemos uma contraproposta em cima do que tinha sido trabalhado pela Câmara. Na época, montamos um grupo de trabalho interno da Secretaria, fizemos uma contraproposta. À época, encaminhamos à Câmara Municipal de São Paulo essa contraproposta, enfim, tivemos algumas discussões entre Governo e Câmara para prorrogação da discussão em segunda, para 2021, porque já era final de trabalho, tanto da Câmara quanto do Governo. E ainda estávamos em fase de eleição. Não houve desdobramento em relação ao Conselho. Porém, nós já fizemos contraproposta que, inclusive, visava abarcar muitas ideias que vinham da sociedade civil, propostas possíveis para a

Secretaria de Cultura. Inclusive, além do Conselho, colocava também a questão do Fundo Municipal de Cultura. Ainda há negociação entre Câmara e o Governo. Esse, pelo menos, é o último status que nós temos.

O SR. FABIO SANTOS DA SILVA – Uma questão de ordem. Queria dar uma palavrinha, perguntar para a Tais qual é o plano de emergência da Secretaria Municipal de Cultura para essa pandemia.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Bom dia. No começo do ano, em fevereiro, nós anunciamos, o Prefeito fez anúncio em coletiva do Plano de Amparo, que engloba 100 milhões de reais. Adiantamos todos os editais de fomento, os lançamentos agora do começo do ano, adiantamos a abertura de captação do Promac deste ano, que dobrou em 2019, para 30 milhões e mais 14 milhões de programação direta. Somamos, desde 1º de fevereiro a maio, a inserção de mais de 100 milhões de reais circulando no setor cultural. Esse foi o nosso principal plano.

Em paralelo, seguimos com as contratações diretas pelas coordenadorias e equipamentos; seguimos também com o programa de formação O Jovem Monitor, mantendo o programa e os jovens em casa fazendo o processo de formação à distância. E também algumas atividades em parceria com a Prefeitura para conscientização em alguns territórios. Fizemos o programa Sorriso na Máscara, que foi através de ações artístico-culturais. Esse foi um dos principais planos do primeiro semestre, conseguir agrupar todos os recursos disponíveis que não estavam congelados para adiantar todos os fomentos, e abrir todos para o setor cultural.

O SR. VINÍCIUS DO NASCIMENTO – Só uma complementação: teve o edital também dos espaços, que veio recurso inclusive que não estava no planejamento orçamentário da Secretaria. Foi o edital de dez milhões, de espaços e casas noturnas, e ele é um edital totalmente desburocratizado dentro de um guarda-chuva de uma ideia de dar amparo e auxílio tanto para os espaços como para as pessoas que trabalham nesses espaços.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – É um edital novo, que o Vinícius falou que a gente

não tinha esse recurso disponível na Secretaria, ele foi suplementado. Atende 200 espaços de três portes diferentes, em termos de 40, 60 e 70, se não me engano, e a gente conseguiu executá-lo pela portaria da Aldir Blanc, então a gente conseguiu. É aquela luta que a gente sempre traz aqui para vocês, das dificuldades, todos os processos burocráticos que traz a 866 para execução das contratações. A gente conseguiu fazer esse edital através da portaria da Aldir Blanc, que facilitou bastante a adesão ao edital.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem. Agora vamos prosseguir na lista de inscritos.

Rodrigo Andrade, Centro de Referência das Formas Animadas – CRFA.

O SR. RODRIGO ANDRADE – Bom dia. Muito obrigado pelo espaço aos vereadores, ao Legislativo por estar sempre com essa porta aberta de conversa com a gente, diferente da Secretaria que, quando houve escuta, foi só uma escuta passiva e de pouca efetividade de ação.

Eu discordo do que acabei de ouvir. Respeito muito o Vinicius e a moça que está representando, mas não há um programa de amparo. A gente usar verbas de fomento, como ele já falou, de 18 anos de teatro, da dança que tem tantos anos, com o *marketing* de amparo, sinto muito, isso é fazer a lição de casa. É muito triste ver o quanto esse Executivo usa o *marketing* para autopromoção, diferente do que realmente se efetiva de execução.

Eu acho estranho também a gente fazer um edital em que se comparam casas noturnas, que têm como benefício a renda de bilheteria, de bares e restaurantes, com espaços culturais que promovem a cultura independentemente da renda, renda essa que não vai para os proprietários dos espaços, assim como acaba acontecendo nas casas noturnas, que são empresários no intuito de usar da cultura para uma promoção financeira, que é muito diferente de um espaço cultural.

Eu acho que em todas as falas que vocês não puderam ouvir aqui a gente vê o quanto a gente está desgostosa de ser usada essa palavra como *marketing* da Secretaria de Cultura. E gostaria de pedir, acho que quase no nome de todos, que se parasse de usar esse

termo de amparo à cultura para projetos de lei, que alguns deles ainda entraram em atraso, como o de fomento ao teatro, de fomento à dança, que deveriam ter sido executados em janeiro, mas já deixou de ser praxe o cumprimento da lei de fomento ao teatro da primeira edição ser em janeiro, então eu acho que a gente tem que rever isso.

E também a gente já falou algumas vezes aqui, Suplicy, que a gente precisava pensar como nos defendermos dos congelamentos excessivos em uma única linha de orçamento, como por exemplo no fomento ao forró, que chegou num congelamento de 80%, e aí sim acaba atrapalhando do setor do Vinícius e da Secretaria de Cultura, que daí não são eles que congelam, mas eles acabam ficando de mãos atadas.

E como disse o Uil, a gente mostrou que há demanda para projetos, assim como a Lei Aldir Blanc mostrou, com o aporte que foi feito, que sim uma grande demanda de projetos que acabam não sendo subsidiados por falta de orçamento. Então a gente precisa sim de uma lei eficaz de amparo à cultura, que seja realmente feito o amparo à cultura na cidade de São Paulo.

Os nossos técnicos ganharam cinco mil reais em novembro, dezembro. Como será que eles estão sobrevivendo hoje, ao final desses cinco mil, que já acabaram faz tempo, vendo que os alugueis em São Paulo aumentaram 18%?

Muito obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Rodrigo Andrade.

Agora, klayton Alves da Silva da Companhia de Rodas para o Ar.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Presidente, quando oportuno, eu gostaria de fazer uma pergunta para a Tais, chefe de gabinete, está certo?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Está bem.

Está aí o Clayton Alves da Silva? (Pausa) Então Iris de Franco, Mulheres que Conduzem, Fórum de Forró de SP, está aí?

A SRA. IRIS DE FRANCO – Estou aqui. Bom dia.

Em primeiro lugar quero falar que a gestão pública precisa escutar a população, como já foi dito aqui, então é muito importante o substitutivo do PL do Conselho Municipal de Cultura.

Além disso, como o Rodrigo acabou de falar e outros também, a questão do ampara verdadeiro para o trabalhador da cultura. Às vezes tem reedição de editais que já existem, então dá uma roupagem diferente para o que já existe, mas a gente não tem... Tem um ano de pandemia, os trabalhadores da cultura estão morrendo de covid e de fome e a gente não conseguiu o PL 343 ainda. Então é urgente, é uma lei emergencial e ela precisa sair. Até quando? Vai esperar acabar a pandemia para ela sair? A gente precisa dela, PL 343.

Eu sou trabalhadora do forró, estou há 24 anos no forró, trabalho com forró dança. Difícil dançar forró agora, não tem como dançar forró na pandemia. A gente está aqui tudo *online*.

E venho também pedir o descongelamento da verba do terceiro edital do forró. Tem 80% da verba do edital do forró congelado, são 2,2 milhões.

Então fica aqui a minha fala. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem. Muito obrigado, Iris de Franco.

Vou chamar agora Francisco e Rodrigues, do Forró Urbano, Fórum do Forró de Raiz. Em seguida, a Vereadora Juliana Cardoso poderá fazer a pergunta.

Francisco Rodrigues está? (Pausa) Se não está, Juliana Cardoso pode fazer a sua pergunta, por favor.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Presidente Suplicy.

Bom dia aos demais vereadores e vereadoras e, acima de tudo, aos trabalhadores da cultura.

Eu vou ser muito objetiva, Tais. Esse projeto de lei já está há um tempo sendo conversado, dialogado em audiências públicas, já passou em primeira. O Governo vai querer

dialogar e aprovar neste semestre em segunda votação?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Sra. Tais Lara, por favor.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Obrigada, Vereador.

O 343, Juliana?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sim, sim, o projeto 343, o único projeto da audiência pública de agora.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Então, para mim, é importante voltarmos ao tema do orçamento, foi o que colocamos no parecer. Se aprovamos esse orçamento agora, não temos como executá-lo, não existe esse orçamento disponível na Cultura, ele não é compatível com a realidade do orçamento dessa pasta.

Se somarmos os três itens, como eu falei a pouco, ultrapassa o valor do que a gente tem de atividade fim de todas as atividades da Secretaria.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Entendo, Tais...

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – É um valor desproporcional ao que a gente tem disponível.

Então assim, chamo para uma conversa (Ininteligível) de uma proposta que a gente consiga executar, com recursos humanos que a gente tem e com o recurso financeiro que a gente tem disponível.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Então Tais, desculpe, Sr. Presidente.

É um diálogo mesmo. Porque acho que essa nossa audiência pública... aqui estão os trabalhadores. Já estão tentando conversar com vocês há muito tempo sobre ele.

Nós, enquanto Vereadores, já estávamos discutindo esse projeto de lei no ano passado. Não teve nenhum aceno da Secretaria de Cultura de dizer: Vereadores, precisamos aprovar esse projeto e precisamos da ajuda dos Vereadores, da base governista ou não, para que possamos aprová-lo.

Objetivamente, já que não tem orçamento, o que você me traz, Tais, o que o Secretário de Cultura traz para nós começarmos a dialogar sobre o projeto de lei para ser

aprovado.

Porque só orçamento, aí é para tudo, né? Eu não quero discutir orçamento, quero começar a discutir do que é possível, do quanto a Secretaria estará disponível para poder dialogar para aprovação desse projeto de lei. Aí a gente começa a conversar.

Porque senão, você vem aqui falar que não tem orçamento, aí a gente tem que falar em finanças, aí fica tudo bem. Não está tudo bem.

Você precisa me direcionar. Você precisa direcionar os Vereadores para poder ajudar. Se você não direciona, eu não tenho com impor. Mas se você direciona a mim e aos Vereadores, nós temos condições de discutir e debater.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA - Vereadora, entendo, concordo que eu trago a abertura de diálogo e debate novamente em cima de um texto possível.

Não estou só dizendo que não tem orçamento, mas que nesse trâmite, você sabe que acontece, de avaliação só colocar o parecer no projeto que chega para nós avaliarmos, nós colocamos o parecer ponto a ponto.

Eu acho mais simples que a gente sente com os Vereadores envolvidos, sociedade civil e Secretaria com arquivo aberto, entendendo quais são os itens que são possíveis de serem realizados e executados, com base em recursos humanos e orçamento da Secretaria, qual o tipo de participação, em quais locais a Secretaria consegue manter autonomia, enquanto Poder Público Executivo, para ... Sabe que tinha... Eu não lembro, mas tem um item no PL que também tira a autonomia da Secretaria em um ponto que não é legal. A gente perde a autonomia numa frente que a gente não pode perder, acho que era em relação a uma parte de contratação. Se não me engano... (Falha na transmissão.)

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu entendi...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Juliana...

A SRA. JULIANA CARDOSO – Desculpe, Suplicy. Desculpe, mas eu quero tirar

uma coisa aqui. Eu entendi, Presidente, eu entendi Tais.

Tais, qual é o dia que nós vamos nos sentar, os Vereadores e uma comissão, para discutirmos ponto a ponto desse projeto de lei? Vamos tirar aqui? Vamos tirar desta audiência? Vamos tirar daqui para a gente poder discutir ponto a ponto e a gente, neste semestre, fazer a votação.

A gente entende, eu estou compreendendo que o Governo não vai atender 100%. Mas o que vocês vão atender, 40, 50, 60% do projeto? É isso.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Eu acho ótimo abrir essa discussão, criar um comitê que avalie, de fato, o que é possível fazer. Estou disponível, a Secretaria está disponível.

Eu estou procurando aqui, Vereadora, a mensagem que troquei com seu gabinete no final do ano sobre esse PL, antes de responder para a Casa Civil. Eu tive o cuidado pessoalmente para ir ao seu gabinete antes de responder para a Casa Civil. Mas eu não estou... Também me comprometo em trazer a informação para não ficar gastando tempo de tudo mundo enquanto eu acho a mensagem. Houve sim uma busca, antes de mandar formalmente para a Casa Civil essa resposta.

Querendo até essa data, estou disponível. O Vinicius está aqui também. A gente pode até bater e combinar como vai ser feita. Se vocês querem *on-line*, ou se vocês querem esperar um pouco para fazer presencial, o que é mais legal. Se quiserem fazer isso já, vamos lá.

O SR. VINÍCIUS DO NASCIMENTO - Vinicius.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Vou dar a oportunidade agora para completar a lista dos presentes que ainda tem um bom número.

O SR. ELI CORRÊA – Presidente, pela ordem,

(NÃO IDENTIFICADA) – Posso só responder...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – É necessário dar oportunidade a todos que se inscreveram primeiro, por favor.

O SR. ELI CORRÊA – Presidente, aqui é o Eli Correa, Vereador. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Pois não, Eli.

O SR. ELI CORRÊA – Presidente eu tenho de me ausentar desta audiência tão importante, onde nós estamos sabendo... Digamos assim... com todo conhecimento das situações difíceis pelas quais passam os nossos segmentos de cultura.

Vou fazer o meu programa de rádio, a partir agora do meio-dia. Gostaria de deixar algo assim como o pessoal da graxa: o técnico de som, de iluminação, *roadies*, montadores, carregadores, músicos. É um pessoal que não tem representação formal, mas que também passa por uma situação muito difícil.

Eu gostaria que fossem motivo de uma discussão também sobre esse pessoal da retaguarda, o *backstage*, que a gente não pode esquecer também.

Sr. Presidente, muito obrigado. Parabenizo a todos que estão participando, dando a nós o conhecimento da situação pela qual passa a cultura da nossa cidade.

Um abraço, boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Meus cumprimentos, Vereador Eli Correa. Muito obrigado pela sua participação e sugestão.

Passemos agora ao Sr. Leandro Alves de Lira, participante de Disparada São Paulo. Está presente? (Pausa) Passemos à Sra. Cristina Prochaska, do Fórum de Cultura do Litoral Norte. Não está presente. Chamo o Coletivo ReggArte, por favor.

A SRA. NANÁ ROOTS - Estão me ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Bom dia. Naná Roots?

A SRA. NANÁ ROOTS – Amém, bom dia, Vereador Eduardo Suplicy. Bom dia a todos os Vereadores que estão presentes. Os guerreiros e guerreiras da luta da cultura.

Eu começo agradecendo a todas as falas que me antecederam, foram muito fortes e justas. Quero acrescentar que essa questão da luta por um conselho de cultura se dá antes do que eu lembre. Lembro dela desde 2007.

Inclusive, no ano de 2012, conselheira no Conselho Municipal da Pessoa com

Deficiência, nas pastas de Esporte, Lazer e Cultura, para visibilizar a cultura que se vê, porque dentro da luta a gente ainda não tinha um conselho municipal de cultura.

Nos gritamos até hoje em 2021. Falamos de uma megametrópole, a maior cidade do País. A gente lamenta tudo isso. Sabemos que só com um conselho conseguiremos avançar.

Sou mulher preta, de ténis branco. Tenho *dreadlocks*. Minha estatura é mediana. Ao meu fundo, nós temos uma cortina azul. Digo isso porque trabalhamos com a cultura da PCD. Agradeço esta audiência, porque nós estamos tendo a Libras, para que eles possam participar conosco, e fiz uma audiodescrição, para que as pessoas com deficiência visual possam me reconhecer.

Além disso, eu quero saber quais foram os critérios utilizados para estipular os valores para os espaços públicos no PL 343, que veem aqui um apoio emergencial às organizações da Cultura que consiste em auxílio pecuniário no valor de três mil reais mensais, destinado às Organizações Sociais que desenvolvem atividades culturais comunitárias no âmbito do Município de São Paulo, a serem pagos por três meses, totalizando nove mil reais.

Quero dizer que nós somos a Casa Reggarte, uma residência social terapêutica, cultural, artística, inclusiva à PCD. Atendíamos 73 famílias. Fechamos nossas portas há 13 meses. Continuamos com atividades *on-line* com PCDs e estamos sufocados, prestes a fechar as portas, porque são 13 meses, fechados, e nós tivemos um apoio de três meses. Recebemos nove mil reais, o que não pagou parte da dívida que temos.

Então, nós estamos aqui para discutir esse PL 343, para discutir esse Conselho Municipal, mas eu acho que não dá mais para discutirmos. Eu acho que nós, como artistas periféricos, precisamos de ações concretas. Nós precisamos sobreviver, como já foi dito. Estamos morrendo, a exemplo de alguns espaços, como eu falei, que já fecharam as suas portas, como o Instituto Gabi, aqui, na zona Sul de São Paulo.

Esta é a minha fala. Estamos lutando pelos direitos à Assistência, à Cultura como um todo e, principalmente, à cultura de PCD.

Obrigado a todos.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, vou precisar me ausentar, mas eu quero dizer que, para mim, que sou Vereadora de primeiro mandato, esta discussão tem sido bastante importante para eu aprender sobre os desafios da Cultura no nosso Município. Agradeço muito e, infelizmente, não posso ficar mais, mas eu me coloco à disposição.

Um abraço para todos! Boa sexta-feira. Bom fim de semana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Vereadora Cris Monteiro. É muito importante a sua participação e vamos transmitir, também, a sua palavra de apoio a essas organizações de Cultura à Secretaria Municipal.

Agora, tem a palavra o Sr. Rosinaldo de Abreu Rodrigues, Nado Itaguary, do Carimbó Pai d'Égua e do Faces da Cultura Popular Brasileira. O Sr. Rosinaldo está presente? (Pausa) Então, passamos a palavra para o Sr. Ronaldo Bianchi, da Casa de Cultura do Parque. (Pausa) Não está presente. Então, tem a palavra o Sr. Fabio Santos da Silva, produtor.

O SR. FABIO SANTOS DA SILVA – Olá. Boa tarde a todos, todas e “todes”. Quero cumprimentar, em nome dos Vereadores, o Vereador Presidente da comissão, Eduardo Matarazzo Suplicy. Quero cumprimentar, em nome de todas as Vereadoras, a Vereadora Juliana Cardoso.

Venho aqui dizer que São Paulo, a maior Cidade do País, não tem... Queremos saber o que a Secretaria Municipal de Cultura vai fazer para os artistas, para os produtores, para os técnicos de luz, para os técnicos de som. A área da Cultura foi a maior área afetada nesta pandemia. Então, nós temos de conversar, dialogar com o Secretário, para verificar o que vai ser feito. Quanto ao orçamento aprovado no ano passado, qual é a programação para este primeiro semestre? Para todos os artistas da periferia, o povo da periferia, o que vai ser feito?

Agora, quanto às contratações artísticas, vocês estão dizendo para o povo que tem de haver nota fiscal de 2019 e 2020. Há vários artistas que não trabalharam durante esse

tempo. O que vai ser feito com esses artistas, com esse povo da periferia? Essa é a nossa luta. O que o Secretário vai fazer pelo povo da arte na cidade de São Paulo? Dê exemplo para o País. Qual é o orçamento? O que vai ser feito para o povo da Cultura? Quais são as programações? Como vão ser as contratações artísticas nas Casas de Cultura? Só com os Coordenadores, que têm vínculos com os artistas? Aí, eles são contratados? Não! Quais vão ser as regras? Têm de ser postas as regras, para a sociedade civil também saber por que e como vão ser feitas essas contratações.

Há vários artistas passando fome. Há várias pessoas precisando comer. Então, esta é a nossa pergunta para a Secretaria Municipal de Cultura: o que vai ser feito? E essa comissão, que vai ser feita, agora, para discutir este PL? Precisamos nos articular. O povo está passando fome. Os artistas estão passando fome. O que nós vamos fazer para esses artistas serem contratados? O que a Secretaria Municipal de Cultura vai fazer, em um plano emergencial da Cidade?

Não dá para falar que fez edital, fez edital, e sermos pegos pela burocracia. Queremos saber daquele senhor, lá, que toca flauta, que toca sanfona, que está precisando, que fazia *shows* e agora não pode fazer por causa da pandemia. O que vai ser feito para esse povo, para os artistas da periferia?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem, Sr. Fabio Santos da Silva. Agora, tem a palavra o Sr. Alex Corrente, por favor.

O SR. ALEX BARCELLOS – Tenho uma Questão de Ordem, Sr. Presidente, por favor. Sou o Covereador Alex, da Mandata do Quilombo Periférico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – O que foi? O Sr. Alex Corrente não está? Então, tem a palavra a Sra. Alessa Camarinha. (Pausa) Não está a Sra. Alessa Camarinha. Então, tem a palavra Telis Rios, da 13 da Sul/Fórum do Hip Hop MSP. (Pausa) Não está presente. Então, tem a palavra a Sra. Carmen Brigida Negrão, da Rede de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil. Está presente. Pode falar.

A SRA. CARMEM BRÍGIDA NEGRÃO – Bom dia a todos, todas e “todes”, eu sou a Carmen Negrão, da Rede de Produtores Culturais da Fotografia, agradeço muito estar com vocês todos hoje. Se alguma coisa tem a ser falado nesse momento tão difícil é a união que toda a cultura, em todo o Brasil, está acontecendo, de todas as suas áreas. Eu já me sinto contemplada por todas as falas dos meus companheiros anteriores, então não vou acrescentar mais nada. Muita coisa que eu iria dizer já foi dita. Também dizer que estou dentro de um movimento que está ligado a arte visual que também tem muita dificuldade de ter qualquer apoio, da periferia ao centro, da Prefeitura de São Paulo. E é um setor que, principalmente na periferia, está se desenvolvendo de forma muito potente. Então, eu gostaria uma atenção da Secretaria para essa área também. E é isso. Agradeço a participação de todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Sra. Carmem Negrão. Agora tem a palavra o Sr. Klayson Santana, do Fórum da Capoeira do Município de São Paulo.

O SR. KLAYSON SANTANA – Bom dia a todos, todas e “todes”, sou Klayson, Carrapicho, professor de capoeira, e quero, antes de falar, fazer um toque aqui. Vou utilizar esse tempo para homenagear nossos Mestres, homenagear aqueles que se foram nesses últimos meses, nesse último ano. É o toque de lúna.

- Apresentação musical de berimbau em homenagem aos Mestres de capoeira.

O SR. KLAYSON SANTANA – Faço coro aqui com todos sobre o PL 343. No último ano, nós tivemos de travar uma luta para inscrever nossos projetos porque foram três plataformas diferentes: foi o 156, SP Cultura e agora temos uma nova plataforma. Eles têm que decidir qual dessas plataformas vamos utilizar. Faço coro também com os movimentos culturais da cidade de São Paulo sobre o Conselho Municipal da Cultura e queria deixar algumas provocações aqui.

A capoeira é um patrimônio imaterial brasileiro, mundial, e infelizmente é pouco contemplado pelos editais. Nós temos pouquíssimo acesso a esses editais. Os mestres de capoeira ficam à mingua, ficam esquecidos. Acho que os editais servem para as produtoras,

servem para os grandes coletivos e a cultura popular? Faço também jus a fala do mestre Palito, que deixou aqui o comentário dele a respeito da cultura negra, é tudo Batuque? É tudo a mesma coisa? Não, não é, temos de quebrar esse racismo estrutural que segue dentro dos equipamentos do Executivo e a Secretaria de Cultura tem um papel fundamental nisso.

Para encerrar a minha fala, nós capoeiristas estamos de luto, nós perdemos recentemente o mestre Paulão, e é triste para todos nós capoeiristas, porque é um... cada mestre que a gente perde é uma história, é um legado, é um olho no olho, porque, quando a gente começa a jogar capoeira, a gente pega na mão do nosso mestre e olhamos no olho dele, ele olha no nosso olho, e é uma conexão ancestral, é uma conexão da oralidade. Enfim, queria terminar a minha fala homenageando o mestre Paulão e todos os mestres de capoeira, homenageando também o Mestre Juvenal, vai completar um mês que ele se foi, e a nossa capoeira tem sofrido, mais temos seguido junto com o Fórum da Capoeira do Município de São Paulo e com os movimentos culturais da Cidade. Bom dia. Valeu, galera.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Klayson Santana. Nossa solidariedade aos Mestres da capoeira Paulão e Juvenal, que perderam a vida. Tem a palavra o Sr. Alex Corrente, Vereador do Quilombo periférico, é uma questão de ordem, por favor, tem a palavra.

O SR. ALEX CORRENTE BARCELOS – Boa tarde, Suplicy, boa tarde a todo movimento cultural presente aqui, todos os Vereadores também presentes, é Alex Barcelos, da Mandata Quilombo Periférico. Eu só quero fazer uma intervenção rápida, não tirando a fala das pessoas inscritas, nem tentando ter privilégio aqui, mas só para colocar uma pauta para Tais, trazer uma data, uma perspectiva de data, e só queria colocar à disposição a Subcomissão que temos hoje (Falha na transmissão) para a gente conseguir discutir esses temas que são fundamentais. Então, dia 30 temos uma próxima reunião da Subcomissão de Cultura, que está presente na Comissão de Finanças e Orçamento. Então, como conseguirmos também levar essa discussão para lá, tendo a presença da Secretaria de Cultura e trazermos a pauta do PL 343, que é emergencial. É para agora, devido a todas as falas que já foram feitas, eu acho que

um encaminhamento muito importante seria anteciparmos logo essa data. O dia 30 está aí, sexta-feira que vem, e o quanto a gente pode organizar para isso, melhor. Passo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Alex Corrente, pela informação relevante da reunião que vai haver da Subcomissão de Cultura na Comissão de Finanças. Passemos a palavra para a Sra. Maria Luiza Ferreira dos Santos.

A SRA. MARIA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS – Boa tarde a todos, todas e “todis”, represento também o Fórum de Capoeira do Município de São Paulo, então venho aqui hoje complementar a fala de todos os movimentos culturais de São Paulo, e falo também sobre o movimento da nossa cultura, da capoeira, como mulher preta, periférica, pois acaba que somos os mais afetados, sem dúvida, com essa pandemia. Esse auxílio que seria para a cultura, que seria emergencial, seria para ontem. Nós estamos passando por momentos difíceis, terríveis, e precisamos ir para rua. Querendo ou não, temos de ir à rua e nos expor, se não morremos de fome.

Só que o nosso medo aqui na periferia, não é morrer de fome, nosso medo aqui é fecharem as nossas Casas de Cultura, os nossos espaços, e vermos os nossos homens, nossos filhos, pretos, serem mortos porque o Estado está aí para matar. A pele preta é a mais... é a que tem o alvo perfeito, e isso diz tudo, porque a capoeira hoje ainda se encontra nessa luta como se não estivesse no Plano Municipal de Culturas, como se não existisse dentro do Município de São Paulo. Hoje a capoeira está no mundo, hoje a capoeira encontra-se em todos os cantos e é valorizada. Só que dentro do nosso país, dentro da cidade de São Paulo, a maior cidade do nosso país e da América Latina, nós ainda nos encontramos ainda em debate, pedindo socorro, passando a cabaça para poder literalmente pedir um auxílio para que os nossos mestres não morram de fome, para não sucumbirem devido à pandemia; e temos que enfrentar e a cada dia nos expor.

Há uma pergunta que também eu me faço. Hoje, no Estado de São Paulo, onde estão os maiores espaços, ainda não há um PL, um fomento, uma proteção à cultura da capoeira. Um Estado que não valoriza a sua cultura, ele se perde. Nós não podemos perder

essa nossa cultura ancestral.

Essa é a minha fala. Muito obrigada pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Maria Luiza Ferreira dos Santos. Passo a palavra agora ao último inscrito, Sr. Dino Scarpelli. (Pausa) Não se encontra. (Pausa)

A SRA. LUANA ALVES – Presidente, posso falar rapidamente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Tem a palavra a Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Olá, gente. Tudo bom? Sou a Vereadora Luana Alves, Líder da Bancada do PSOL. Agradeço bastante o espaço. Obrigada, Suplicy, por ter me cedido a palavra. Agradeço aqui primeiramente aos movimentos sociais e aos coletivos de cultura que ensinaram tanto para nós hoje: eu, Suplicy e meus Colegas Alex, Juliana.

Eu gostaria de me colocar muito à disposição. Eu gostaria de falar, Suplicy, que acabei de pedir a coautoria do PL, e todo o pessoal pode pedir a coautoria para reforçar a sua importância. Eu também gostaria de dizer que achei muito importante a presença da representante da Secretaria de Cultura nesta audiência. Por um momento, achei que não viria ninguém. Seria interessante um ofício, solicitando a urgência dessa reunião, assinado por todos os Vereadores que estavam presentes hoje: Cris Monteiro, Eli Corrêa. Posso redigir esse ofício pedindo urgência e passar pra todos para mostrar que de fato são muitos os Vereadores que estão dispostos a fazer essa reunião. Já me comprometo a fazer.

Também coloco para a Tais, representante da Secretaria de Cultura, que eu também estou disponível para a reunião. Hoje é dia 23, sexta-feira. O Alex falou que a reunião da Subcomissão de Cultura é no dia 30. É isso, Alex? (Pausa) A que horas? (Pausa) Dez horas da manhã. Eu já deixo colocado que eu poderia, por exemplo, às 9 horas, reunir-me com a Tais e com os outros Vereadores. Só dou como sugestão de horário: terei que sair agora, mas acho muito importante que saíamos daqui com uma reunião marcada. Ou, então, por exemplo, às 11h30min, depois da reunião do dia 30, eu já deixo sugestão e já me coloco como disponível.

Está bem? Vou precisar agora, mas digo que é importante que saíamos daqui com um horário fechado, como disse Vereadora Juliana. Um abraço a todos.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA) – Reforço que essa reunião precisa ter o Parlamento, os movimentos e a Secretaria de Cultura, porque já vimos esse disco andar em outros momentos. Temos que estar no “bagulho” porque, senão, aí a gente é atropelado e inventam um movimento. Só para a gente não perder, porque esse disco é o mesmo; a gente só está tentando fazer...

O SR. JOSÉ RENATO – Trinta segundos de fala, por gentileza.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Eu pedi inscrição no *chat*. Eu quero 30 segundos também, rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Quem está falando.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Diga, Alessandro.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Tem alguns pontos que eu gostaria de colocar, que são os seguintes. Temos informações de que há 10 milhões que sobraram da Lei Aldir Blanc. Isso já poderia ser utilizado agora nesse PL 343, se aprovado. Então, esse recurso pode ser utilizado, sim, principalmente com a aprovação do projeto nacional, que foi encaminhado pelo Senado à Câmara, o PL 795. Já há esses 10 milhões que podem ser colocados na conta para a aprovação do PL 343.

Outra coisa. Os movimentos culturais da cidade de São Paulo estão realizando uma conferência municipal. Nós queríamos o compromisso, nesta audiência, assumido pela Secretaria, de, após a realização dessa nossa conferência, com toda a demanda elencada desses encontros que estão pipocando na Cidade – são mais de 15 pré-conferências e uma conferência que acontece nos dias 21, 22 e 23 de maio -, de nos reunirmos com a Secretaria de Cultura e apresentarmos o relato do que será essa conferência municipal. Então, queremos assumir esse compromisso e gostaríamos que a Secretaria assumisse o compromisso de participar da reunião a Subcomissão de Cultura no próximo dia 30. É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado. José Renato.

O SR. JOSÉ RENATO – Rapidamente, eu só queria fazer uma colocação, que é reforçar a fala da Vereadora Juliana e do nosso parceiro Pirata no sentido de uma reunião com a Secretaria e a nossa participação também. Isso se faz fundamental porque há várias pessoas que trazemos aqui. A gente se aprofunda no estudo e a gente precisa estar junto participando para poder fazer as questões e as formulações corretas.

Em relação à fala da Tais Lara - que talvez ela possa complementar, se ela for voltar a falar pela Secretaria-Adjunta -, quando a gente fala do PL 343 emergencial, não é a grana da Secretaria de Cultura que é para ser usada num PL emergencial, gente! Temos tanta verba emergencial da Cidade como um todo sendo utilizada em uma série de funções como saúde, educação, transporte, então que haja uma dotação extraordinária para o PL 343! Não adianta tirar os programas regulares, dos projetos de ação da Secretaria para colocar no PL 343; não é disso que estamos falando. E quando falo isso, dou como exemplo a urgente e real necessidade de participarmos dessa reunião de discussão junto com vocês, por gentileza. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem, José Renato. Passo agora a palavra à Tais Ribeiro Lara para sua análise conclusiva e sobre as diversas sugestões que foram aqui colocadas, inclusive as sugestões dessa reunião do dia 30, sobre a qual a Vereadora Luana Alves ponderou, e as demais que foram colocadas inclusive pela Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Se eu pular algum ponto, por favor, podem me cobrar no *chat*. Começando com o Zé Renato, o recurso apontado na proposta, no texto que a gente recebeu era, sim, vinculado à dotação da Secretaria. Por isso, esse questionamento. Acho que sim, temos que lutar juntos por uma suplementação que possa atender ao desenho que fizermos e sobre o qual chegarmos a acordo. Acho ótimo ouvir que existe um entendimento, que o orçamento não é suficiente. Não seria possível a gente deixar de fazer o que a gente faz para atender a um novo projeto de lei. De fato, isso me tranquiliza bastante.

Sobre o questionamento do Sr. Alessandro, da Lei Aldir Blanc, sobre os dez milhões, esses dez milhões não é um saldo de recurso. A gente executou os 70 milhões passados pelo Governo Federal. A gente colocou mais 20 milhões, ou seja, a gente executou 90. Vinte foram de recursos próprios. Esses dez milhões é um saldo de rendimento do dinheiro, quando chegou do Governo Federal para o município. Todo recurso do Governo Federal que chega para o município chega numa conta que rende o dinheiro. A gente não tem acesso a esse dinheiro. Pelo decreto do Governo Federal, a gente não pode usar esse recurso. Então, de fato, a gente não tem como alcançar esse recurso. Isso não quer dizer que a gente não vai tentar, por meio de efeito de liminar, por meio da PGM, usar esse dinheiro de alguma forma. Agora a gente não consegue. Aquela lista que o Governo Federal soltou, na semana passada, foi bem maldosa, na verdade, de colocar as capitais que não executaram recurso, que têm saldo de recurso, porque não é real essa informação. A gente executou 100% do recurso e ainda portou 20 milhões.

O Sr. Rodrigo falou sobre o programa de usar a palavra amparo. Não é um programa, é um plano, porque, de fato, esse primeiro já era da secretaria e já havia previsão de uso, mas ele estava disperso durante o ano, Do nosso entendimento, houve um esforço, de juntar e adiantar todos esses recursos para agora, entendendo a necessidade de um setor. A gente entende, a gente enxerga, a gente convive. A gente não está cega a tudo o que está acontecendo. É uma grande tragédia. A gente está tentando fazer tudo o que está ao nosso alcance. Quanto a adiantar esse recurso para estar disponível para a sociedade, a gente acredita sim que seja um passo importante, porque senão esse dinheiro não chegaria agora para as pessoas, e isso sim depende de um esforço interno da secretaria, seja de manobra contábil, porque o dinheiro não vem todo disponível, Mesmo o dinheiro que não está congelado, as quotas orçamentárias não chegam todas disponíveis. Falo da Fazenda e da Prefeitura, para a gente conseguir liberar esse dinheiro agora. Existe um esforço de recursos humanos, para conseguir executar e soltar todos esses editais e fazer as contratações artísticas para um setor pequeno que a gente tem de contratos. Todos sabem disso.

Então, não é um programa novo. O Amparo é uma sinalização de um plano que a gente está juntando tudo, que gente tem na mão, para conseguir dar esse Amparo para o setor cultural.

Além desses que foram citados, foi falado do dinheiro que passa pelas casas não ficam nas casas. O edital de dez milhões que a gente criou, neste ano, atende, assim como no edital da Lei Aldir Blanc, à estrutura dos espaços. É para dar um respiro para os espaços. A gente sabe que não vai salvar nenhum espaço, com 40, 60 ou 80 mil reais depois de um ano tão complicado, mas ele atende aos espaços.

O Festival Amparo, que foi comentado, que vem em julho, faz contratações por meio das casas. Dessa forma, a gente pretende atingir a casa. A casa vai ter uma nova atividade, vai poder contratar o técnico e vai poder contratar um artista. A gente consegue ampliar um pouco mais a distribuição do recurso. Colocando isso em parceria com as casas, não estaria centralizando na secretaria, porque, como falaram aqui, é difícil chegar, às vezes, ao técnico, por conta de toda burocracia, da lei federal que a gente segue.

Quanto a congelamentos, a gente não tem previsão de descongelamento. A gente imagina que a pressão da Saúde, neste momento, seja muito grande. Ninguém sabe o tamanho do buraco que vem pela frente. Acho que todos os Vereadores aqui compartilham desse entendimento. Entendo que a gente precisa se juntar e pressionar, para descongelar recurso e ver quais são as áreas que foram mais afetadas, mas não há como a gente encabeçar isso agora sozinho, havendo ainda recurso disponível para executar.

Então, entendo. Acho que vale o mapeamento e vale o esforço. Contem com a gente. A gente tem recurso para executar. É importante é que esse dinheiro chegue até às pessoas agora, e depois a gente luta pelo descongelamento. Entender como é esse mapeamento também é possível num ano como desse.

Quanto a notas fiscais e contratações na periferia, a gente tem de ação à periferia, de ação indireta, o Vai, que foi lançado. O fomento à periferia foi lançado. O fomento ao edital de culturas negras foi lançado. As contratações pelos equipamentos continuam acontecendo, que são as *lives* e as atividades híbridas, quando possível.

Sim, a gente está pensando em mecanismos, para haver mais transparência na contratação e não ficar nessa sensação de que o gestor chama quem ele conhece do território. Já

fazemos estudos de credenciamento, para os artistas poderem colocar as atividades e os nomes, como a gente sempre quer, como se fosse um banco de dados. Isso está sendo feito pela secretaria. Posso, nesse retorno que eu vou dar para V.Exas., trazer um prazo, de quando isso vai ser publicado.

Quanto às notas fiscais, elas são exigidas pela 8.666. A gente não está exigindo que elas sejam de um ano. A gente está aceitando de 2019 e de 2018 no limite, mas elas são exigidas por essa lei. A gente não tem como contratar um artista sem comprovação de preço, Não existe essa liberação. Então, não é uma coisa da secretaria. Não há como a gente seguir com as contratações sem esse mecanismo.

Eu peguei um ponto do centro de referência, quando eu estava entrando. Eu gostaria de voltar. O centro de referência do novo modernismo não são espaços novos. São espaços que vão ser criados dentro das bibliotecas, com acervo específico, olhando para o novo modernismo e para o modernismo. É um espaço especial para tratar dessa temática. Então, não são novos equipamentos.

Acho que eu falei de todos os pontos que foram citados.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu queria fazer um encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Pode falar, nobre Vereadora.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sra. Tais, eu só não entendi ainda qual é o dia em que nós vamos fazer a reunião. Claro que a senhora é Chefe de Gabinete e tem que dar conta de uma secretaria. Eu vou ficar muito feliz se a senhora estiver junto, mas eu preciso dos técnicos, quem vai fazer também a discussão junto comigo. A ideia, o que eu estou querendo propor aqui, é que a gente faça aqui pela comissão.

Sr. Presidente, eu não sou dessa comissão. Sou da Comissão de Saúde, mas V.Exa. poderia pegar um dia em que não fosse da audiência da comissão de Educação e Cultura.

Aí eu vou fazer uma sugestão, porque eu sei que o pessoal da Cultura está muito articulado, e eles mesmos poderiam verificar entre eles quem são as pessoas que vão ajudar a se debruçar no projeto. É debruçar mesmo, gente. É pegar o artigo e falar: "Artigo tal, tal, tal. Isso a secretaria pode? Isso dá? Não, isso não dá. Aí a gente discute cada ponto. Para podermos avançar, Tais. Claro que, depois que passarmos por esse olhar técnico da Secretaria, então

vamos nos sentar junto com Finanças. Porque Finanças não vai fazer o papel de enxergar cada um dos artigos, se vão dar certo ou não.

Quando nós terminarmos, e isso não será em uma reunião apenas, já vou dizendo isso para os demais membros, pela minha experiência vão mais três ou quatro reuniões, dependendo do tamanho do projeto e, depois, numa quinta reunião chamamos a equipe de Finanças, e precisaremos da sua ajuda também, junto com a Comissão, e nosso sempre Senador Suplicy, para dizer “Olha, esse projeto está pronto”. Então: “Casa Civil, vamos; Secretaria de Finanças, vamos”, daí teremos mais ou menos um parecer.

Por isso temos de nos debruçar, essa semana, nessas agendas loucas que estamos tendo e todo mundo que está nessa sala sabe, pois não tem uma pessoa que não esteja fazendo reunião de uma em uma hora – e não dá tempo nem de ir ao banheiro -, aliás, tenho dito que estamos trabalhando mais no home office do que presencialmente, em que pese muita gente estar trabalhando no presencialmente também.

Queria sugerir justamente isso: objetivar o encaminhamento. Só para finalizar e ficar claro, um espaço para a Comissão de Cultura, que não é no mesmo horário dessa Comissão. Que a equipe da Cultura se organize para trazer as pessoas que possam dialogar ponto a ponto, e que a Tais possa vir, ela e os técnicos, para essas quatro reuniões rápidas, assim, sem muitas datas distantes e, depois, da quinta reunião, a gente convida Finanças e Casa Civil para apresentar para eles o projeto e aí eles verem o que dá e o que não dá. Obrigada.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Eu tentei fazer uma intervenção, queria só complementar, porque a Tais falou que você já tinha respondido tudo, mas eu só queria perguntar, na minha fala até questioneei sobre o compromisso da Secretaria Municipal de Cultura em se reunir com os movimentos culturais da cidade de São Paulo, que foram quem pediram essa audiência para a Secretaria de Cultura hoje e que ira realizar a Conferência Livre Popular, que é organizada por esses movimentos – então se ela aceitaria esse convite para, após a Conferência, sentarmos juntos e apresentar todas as diretrizes, ações e propostas

desse encontro que está mobilizando a Cidade. E ainda propor o convite para que participe da reunião no dia 30 da Subcomissão de Cultura.

E sobre isso, Tais, por favor, gostaria que pudesse falar, pois não ouvi sobre isso.

O SR. OSMAR ARAÚJO – Eu também gostaria de colocar as questões que não foram respondidas. A primeira é: se há uma proposta do Conselho Municipal de Política Cultural para que ela seja debatida num espaço onde já havia sendo feita, um espaço que tem três mãos, quais sejam, Sociedade Civil, Vereança e Executivo, que é a Subcomissão. Então se há essa proposta e nós gostaríamos de saber, conhecer, debater e encontrar soluções para viabilizar o Conselho o mais rápido possível.

E outra, você mesmo Tais expôs, que há problemas nas Casas de Cultura. Vocês falam que há a percepção de que só os coordenadores é que contratam, mas, assim, tem coordenador fazendo shows na Casa de Cultura de outro coordenador. Basta acessar no Facebook.

Só para concluir, eu gostaria que se cumprisse a lei e se realizassem as eleições dos Conselhos Gestores das Casas de Cultura, porque já tem lei, já tem regulamentação e já houve uma eleição. E isso é um instrumento de participação e de controle social da gestão das Casas de Cultura.

A SRA. JULIANA CARDOSO – É só uma questão de esclarecimento. Tudo bem? Eu só não entendi o que o Osmar disse. Se ele fala de o Conselho participar desse nosso encontro do projeto de lei, é isso?

O SR. OSMAR ARAÚJO – Do Conselho Municipal de Política Cultural. E aí estou entendendo que eu posso participar também, mas, assim, o que estou falando é do PL do Conselho Municipal de Política Cultural, de uma proposta. Tá bom?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Desculpe, entendi. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem. Quero agradecer muito a todos vocês que compareceram e participaram desta reunião, à Tais Ribeiro Lara que aqui representou o Sr. Alexandre Youssef, Secretário Municipal da Cultura.

É muito importante que haja a contínua participação da Secretaria Municipal da Cultura nesse Subcomitê de Cultura; que haja sempre essa interação entre a própria Secretaria e os movimentos culturais da Cidade; e que possamos falar do PL 343.

E, como disse a Vereadora Juliana Cardoso, realizaremos todos os esforços para que ainda neste semestre possa ser apreciado, em segunda votação, o PL 343, com todas as ações emergenciais já em andamento. E que possamos encaminhar o quanto antes, aliás, peço a Assessoria da Câmara Municipal para organizar as notas taquigráficas, se possível, para estarem prontas na segunda-feira.

Prezada Tais Lara, tenho uma audiência marcada com o Secretário Alexandre Youssef, justamente na segunda-feira, às 16h, que será virtual, sobre assuntos tais como o Teatro Faroeste e o projeto de lei sobre o Parque do Bixiga. Encaminhei uma proposta para exame do Secretário para que ele avalie se será melhor pedir a análise do veto elaborado pelo então Prefeito Eduardo Tuma, no dia em que esteve em exercício na Prefeitura, ou se será melhor um novo projeto tal como encaminhei ao Sr. Alexandre Youssef para que o examinasse. Esse é um dos assuntos que vamos tratar na audiência de segunda-feira. Só quero confirmar que estarei presente sim, num diálogo virtual, com o Secretário o Sr. Alexandre Youssef.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA) – Presidente, só um minuto. Queria solicitar que as notas taquigráficas sejam enviadas ao movimento, bem como que sejam enviadas para a Secretaria de Governo, porque o debate é com a Prefeitura, tem a ver com o orçamento público.

Acho que temos de ampliar esse debate para que não fique restrito. Se não depois ficam jogando, por isso, solicito enviar as notas taquigráficas ao Secretário, a nós, e também à Secretaria de Governo. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Está aceita a sugestão de encaminharmos as notas taquigráficas aos órgãos e autoridades sugeridas, peço à nossa assessoria para que seja providenciado o envio das notas taquigráficas a todos os movimentos

culturais presentes nessa reunião, bem como à Secretaria da Cultura e à Secretaria do Governo.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO - Eu fiz perguntas à Tais e eu queria saber se é possível que ela responda agora, nessa audiência ainda. Foram sobre a questão da contribuição da Conferência, se ela aceita esse compromisso de, após a realização da Conferência, se reunir com os movimentos para discutir e receber esse documento, e a participação na reunião do dia 30 da Subcomissão.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Ainda não tive a palavra, Alessandro, mas está aqui anotadinho para eu responder.

A SRA. SONAIRA FERNANDES – Presidente Suplicy, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Vereadora Sonaira, por favor.

A SRA. SONAIRA FERNANDES – Eu queria só que a Tais, na próxima reunião, se ela aceitar a participação, a manifestação de alguns colegas, que ela diga, que ela leve anotado em uma planilha, se possível, o valor criado pelo Governo Federal, o que eles usaram e como foi a destinação desses recursos, porque a informação que eu tenho é que o valor foi bloqueado porque a Secretaria Municipal de Cultura demorou para abrir para os titulares. A Secretaria Municipal de Cultura teria perdido esse prazo e por isso o valor foi bloqueado. Por isso, se possível, peço à Tais, para a próxima reunião proposta pelos Colegas, que leve essa informação para que nós tenhamos tudo o que aconteceu esclarecido de fato.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem então a palavra a Tais Lara, para concluir a reunião. Por favor.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Obrigada, Presidente. Vereadora Sonaira, nós temos o extrato – e o Vinícius pode até me dizer se esse já é um documento público – dos pagamentos da Aldir Blanc. São extratos de execução, dois extratos dos 20 milhões dos suplementos que nós colocamos, e temos um extrato de rendimento e um parecer do Jurídico

dizendo que nós não podemos usar agora esse dinheiro. É uma documentação simples que nós vamos publicizar a vocês. Eu vou ver qual é a melhor forma e aviso no meu retorno, quando eu mandar o *e-mail* com os outros pontos para cá.

Sim, Alessandro, pode contar comigo para conversa após conferência. Conte com a Secretaria de Cultura e, se eu não puder participar, alguém do meu gabinete acompanhará.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Obrigado.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Osmar, o funcionário que fez a *live* não foi contratado. Isso seria uma fraude gravíssima. É uma funcionária, uma servidora que é contadora de histórias e que faz atividades em alguns equipamentos da Cultura, mas ela não recebe por isso. Então, não foi uma contratação, para deixar bem claro para vocês.

Sobre o Conselho Gestor das Casas de Cultura, sim, é uma importante discussão a volta da eleição, que foi anulada e, na época da... (Falha na transmissão) ...ela não foi feita. De fato, está há dois anos parado isso, e é um assunto que precisa voltar, pois é importante para a atuação das Casas de Cultura.

Vereadora Juliana, eu só peço que não seja no mesmo dia da Comissão, porque é impossível ficar em duas reuniões tão longas assim, e eu quero de fato participar dessa reunião do estudo do PL 343. Por isso, eu proponho que ela seja na quinta-feira, dia 29, ou que seja jogada para a próxima semana. Eu sugiro uma reunião de duas horas a princípio para nós avaliarmos tudo o que nós vamos levar. Eu já tenho o parecer que foi enviado para a Casa Civil e o parecer da proposta orçamentária. Eu acho que já está bem encaminhado e, como são só três eixos principais, eu acho que nós conseguimos fazer essa conversa em duas horas. Se todo mundo puder no dia 29, podem contar comigo, eu libero a minha agenda, ou nós jogamos para a semana que vem.

Para a reunião de sexta-feira da Subcomissão de Cultura, eu vou tentar participar pessoalmente. Caso contrário, eu também vou garantir a participação de alguém do gabinete.

Eu acho que isso é tudo. Eu agradeço, Presidente.

- Manifestações simultâneas.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Tais, se você já puder garantir um horário no dia 29 e um na outra semana, porque também temos que ver a agenda dos outros Vereadores da Comissão.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Eu prefiro que seja pela manhã.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela manhã, entre as 9h e as 10h?

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – No dia 29, às 10h. Pode ser?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Ótimo.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Eu posso sugerir que a sociedade civil indique alguns nomes, alguns representantes? Pois é impossível debater orçamento com um monte de gente e talvez possam estar presentes alguns representantes. Se houver uma planilha com 30 nomes, acho bem complicado, mas não sei o que V.Exas. acham disso. Vocês conseguem indicar... (Falha na transmissão)

A SRA. JULIANA CARDOSO – Aí fica para o movimento essa sua sugestão.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – O que vocês acham? Nessa primeira pelo menos e depois nós vemos em ata. Só para ser produtiva mesmo.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Tais, nós podemos nos reunir ainda nesta semana e apresentar uma contraproposta e, se for o caso, já apresentar uma relação de nomes ou uma outra proposta a esse formato?

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Podem. Ou podem me mandar por *e-mail* também, Alessandro, por favor. É só para nós termos essas duas horas produtivas.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Está ótimo.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Eu acho que vocês entendem o questionamento. Eu vou colocar o meu *e-mail* aqui no *chat*.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Está ótimo.

O SR. ALEX BARCELOS – Questão de ordem rapidinho, Sr. Presidente, do Alex, Covereador do mandato Quilombo Periférico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Pois não, Alex.

O SR. ALEX BARCELOS – Só para apresentar uma posição para a Tais, porque é superimportante a participação na Subcomissão e eu acho importante essa agenda que a Vereadora Juliana pragmaticamente... (Falha na transmissão) ...vem puxando o movimento. Na Subcomissão, o movimento já participa. Então, nós podemos elaborar, a partir dali, a quantidade de falas, e a Subcomissão é uma demanda do movimento, que se organizou para que ela fosse criada na Comissão de Finanças para se discutir todas as pautas relacionadas a essa ligação da Secretaria de Cultura com o Legislativo e com os movimentos sociais, não só para o PL 343, como também para o Conselho. Então, a importância da participação da Secretaria em nossas reuniões, que são quinzenais, é fundamental na aproximação de diálogo, o não impede o grupo de estudos, mas traz uma demanda necessária de aproximação do diálogo... (Falha na transmissão) ...a sociedade civil.

Eu queria contar mesmo com o compromisso da Secretaria de Cultura nesses espaços para eles não serem esvaziados, porque essa é uma conquista histórica do movimento, que há mais de três anos constrói um espaço e já debatia com o antigo Secretário de Cultura, e foi dali que saiu a maioria dos apostamentos e a maioria dos encaminhamentos, que não foram cumpridos até agora pela Secretaria de Cultura. Ali é um espaço legítimo também para nós concluirmos muitas das demandas do movimento.

Por isso, solicito mesmo o compromisso da Secretaria. Por favor.

A SRA. TAIS RIBEIRO LARA – Concordo, Alex.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – De acordo, Alex.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Presidente. Eu sei que V.Exa. já está saindo correndo, mas é só para esclarecer ao Alex que eu não estou aqui sugerindo nenhuma outra Comissão. A minha proposta é muito objetiva: para falar sobre o projeto de lei que está em discussão nesta audiência. É claro que aqui nós já trouxemos todas as coisas da Cultura e, Tais, vamos combinar que está bem represado. Você precisa dar um jeito nisso, porque está muito represado, uma audiência deste tamanho com tanta gente representativa da Cidade. Então, é só para esclarecer. Eu só estou querendo dialogar especificamente sobre esse projeto

de lei, senão inviabiliza todas as outras demandas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Então, a Vereadora Juliana estará nessa reunião representando a Comissão de Cultura, porque eu próprio vou ter outra reunião da Comissão de Direitos Humanos nesse mesmo dia e horário.

Prezada Tais Ribeiro Lara, muito obrigado por sua participação e a todos os representantes dos movimentos, assim como à Vereadora Juliana Cardoso, à Vereadora Sonaira Fernandes, à Vereadora Cris Monteiro, ao Vereador Eli Corrêa e ao Vereador Celso Giannazi. Muito obrigado a todos pela presença.

Boa semana a todos. Felicidades. Obrigado.
